



Jornal FNE

Edição 107 – Abril/11

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura da cerimônia de posse da diretoria da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), realizada em 23 de março, no memorial JK, em Brasília. Consolidando-se a cada dia como legítima representante dessa parcela qualificada da mão de obra brasileira, a entidade começa, com início dessa segunda gestão, uma nova etapa em sua história. Tendo como presidente o engenheiro Murilo Celso de Campos Pinheiro, também à frente da FNE, a CNTU trabalhará com o foco sindical e também cidadão. Por ocasião da solenidade, ficou clara a disposição de contribuir para o desenvolvimento nacional.

Ainda na pauta, a palestra do professor português José Carlos Quadrado, que abordou a necessidade de avanços no ensino de engenharia, sobretudo na América Latina. O evento aconteceu em São Paulo, por iniciativa do Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), que tem o apoio da FNE.

Em destaque também os preparativos de Belo Horizonte para sediar a Copa de 2014 e os investimentos necessários para tal. Em entrevista, Luiz Werneck Vianna discute as características do governo de Dilma Rousseff e sua relação com o movimento sindical. Em C&T, o chip desenvolvido pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O Brasil vive um momento novo. Crescimento e desenvolvimento deixaram de ser tema do país do futuro. Visões de oportunidades e certeza da capacidade de atingi-las fazem parte do cotidiano nacional.

Diante das diversas perspectivas, a criatividade brasileira aflora e surgem a cada dia novas possibilidades de investimentos. O País consegue melhores índices e atinge posições mais confortáveis em nível internacional em alguns setores da economia. Uma visão desenvolvimentista ganha espaço e passa a fazer parte da vida de cada brasileiro. Hoje, despertamos atenção das grandes potências mundiais.

Há uma inquietação significativa no setor produtivo, no meio acadêmico, governamental e de trabalhadores, no sentido de aproveitar o momento e as condições propícias para mudanças de paradigmas e posturas, principalmente relacionadas à necessidade de conjunção das ações e da busca de resultados eficazes que acelerem o crescimento brasileiro e o desenvolvimento com sustentabilidade.

Com a nova realidade, os profissionais da área tecnológica também vêm se inserindo no processo através de seus sistemas sindicais e profissionais, que buscam novos caminhos para o movimento de classe, tendo como foco a implementação da inovação, através da participação e contribuição efetivas em discussões e encaminhamentos de proposições no âmbito público ou privado. O objetivo é interferir nos processos de produção e gestão das riquezas brasileiras. Esses quadros estão em todas as atividades e em quase todos os segmentos da sociedade.

Como exemplo de intervenções importantes no campo das ideias, podemos citar o que ocorreu com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, promovido pela FNE e seus sindicatos filiados. Em duas versões, trouxe à tona diversas discussões sobre questões brasileiras em todos os setores econômicos e sociais e proposições de soluções com o apoio da área tecnológica. Muitas foram absorvidas pelo poder público federal no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)

Seguindo essa linha, o Senge Ceará interagiu firmemente durante a campanha política para o Governo do Estado em 2010, apresentando proposta para apoio da instância de poder estadual com relação à inclusão dos profissionais da área tecnológica nos municípios cearenses. Tal culminou no compromisso do então candidato Cid Gomes de implantar um organismo estadual para ajudar nesse processo.

Como consolidação do pleito encabeçado pelo Senge, o governador eleito autorizou a criação do Ideci (Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades), vinculado à Secretaria das Cidades, que apoiará os municípios na implantação de projetos, pesquisas, estudos, captação de recursos, formulação de políticas e fomento do desenvolvimento. Tudo com equipes de profissionais da área tecnológica e outros, observando a multidisciplinaridade.

(Thereza Neumann Santos de Freitas – Presidente do Senge-CE)

CRESCER BRASIL

Iniciativas para garantir adequação do estádio do Mineirão para recepção dos jogos, infraestrutura de mobilidade e energia estão entre as ações previstas para o evento mundial em Belo Horizonte. Uma das 12 cidades-sedes do campeonato, segundo a assessoria de imprensa da Secopa (Secretaria Extraordinária da Copa), centra preocupação na sustentabilidade e no legado pós-competição. “Em Minas, a Copa funciona como um estímulo à realização das obras, mas a razão principal de cada uma é a demanda da sociedade. No caso, há necessidade de mais hotéis, meios de transporte públicos mais eficientes (BRTs – Bus Rapid Transit), expansão do aeroporto e modernização do estádio.”

No Mineirão, apontado como uma das mais importantes iniciativas, conforme a assessoria, não se trata de ampliação, mas de sua transformação em espaço multiuso. Viabilizada por uma PPP (parceria público-privada), com concessão ao empreendedor particular para operar a arena por 25 anos, a obra teve início em 3 de janeiro último. Com término previsto para 31 de dezembro de 2012, tem custo estimado de R\$ 654 milhões. “Nessa fase, será feita toda a adequação final do Mineirão aos padrões exigidos pela Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), garantindo mais segurança e conforto ao torcedor e melhores condições de trabalho para os profissionais que atuam no estádio.” E ainda adaptações para melhorar a visibilidade da arquibancada, a cobertura adicional e a esplanada no entorno do estádio, em que funcionarão o estacionamento coberto e a área de serviço, com a abertura de lojas e restaurantes. “Será também construída a passarela ligando o Mineirão ao Mineirinho, arena que será usada como centro de apoio às atividades da Copa.”

A primeira etapa dessa modernização começou ainda antes, abrangendo o período de 25 de janeiro a junho de 2010. Conforme a informação oficial, foram feitos reparos estruturais das vigas de sustentação do Mineirão. Na segunda fase, foram demolidas parte da arquibancada inferior e da geral do estádio, e o gramado foi rebaixado em 3,4 metros. Somando-se o custo em ambas, houve um dispêndio de R\$ 11,7 milhões do Governo do Estado.

De acordo com a assessoria da Secopa, uma das metas nessa obra é obter a certificação Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), que atesta o estádio como um empreendimento ambientalmente sustentável. Com esse mote, a nova arena adotará entre as práticas o reaproveitamento da água da chuva e dos resíduos provenientes da demolição em outras empreitadas; sistemas de válvulas de descargas com duplo acionamento e torneiras com fechamento automático; geração de eletricidade através da captação de energia solar; iluminação de alta eficiência e baixo consumo, mediante sistema inteligente; coleta seletiva de lixo e armazenamento de resíduos sólidos.

Mobilidade e aeroporto

Nesse segmento, os principais investimentos virão do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Mobilidade e serão executados pela Prefeitura de Belo Horizonte. O montante previsto é de R\$ 1,023 bilhão, para aplicação em corredores de acesso, conectando

o centro da cidade ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves e ao Mineirão; obras viárias para ligação de bairros, regiões e setores, visando diminuir o trânsito no centro; entre outras. Parte termina no segundo semestre de 2012 e parte, 2013, garante a assessoria da Secopa.

Na ampliação do aeroporto, as inversões serão feitas pelos governos federal e estadual. À União, ainda segundo informação oficial, caberá aumento de pista e pátio, bem como reforma e expansão do terminal 1, empreendimento em vias de ser licitado. Ambas serão entregues ao público em 2013. A última custará aproximadamente R\$ 242 milhões.

Sob responsabilidade do Governo de Minas Gerais, será ainda construído o terminal 2. De acordo com a assessoria da Secretaria, a obra – que ficará em cerca de R\$ 10 milhões – só estará pronta em junho de 2014, portanto, às vésperas da Copa. “O edital para elaboração dos projetos básico e executivo será lançado neste mês de abril.”

Frente a essas adequações, será ainda realizada modernização e ampliação da rodovia LMG 800, mudando o traçado do acesso ao aeroporto. “O projeto executivo está em fase de estudo, com previsão de conclusão da obra para junho de 2013.” (Soraya Misleh)

EDUCAÇÃO

Na era do conhecimento, a formação em engenharia precisa ser capaz de produzir profissionais que deem conta das tarefas impostas no século XXI, entre elas as questões energéticas, ambientais, de produção de alimentos e fornecimento de água potável, além do desenvolvimento de novas tecnologias.

O desafio foi colocado durante o segundo evento da série “Encontros de Tecnologia de Educação em Engenharia 2011”, realizado em 16 de março na sede do Seesp, em São Paulo, que teve como palestrante o professor José Carlos Quadrado, presidente da Asibeí (Asociación Iberoamericana de Instituciones de Enseñanza de la Ingeniería) e do Isel (Instituto Superior de Engenharia de Lisboa) e vice-presidente da Sefi (Sociedade Europeia de Educação em Engenharia). Promovida pelo Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia), em fase de implantação pelo sindicato com apoio da FNE, a atividade pretende ao longo deste ano discutir as mudanças necessárias no ensino da profissão, de modo a enfrentar os desafios e as oportunidades do século XXI.

Segundo Quadrado, o ensino superior de um modo geral e as escolas de engenharia em particular padecem, na América Latina, de inúmeros problemas. “Há falta de recursos para inovar, o currículo é desatualizado, muitos jovens não se inscrevem na universidade e o número de adultos que a frequenta é residual”, listou. “Algumas instituições latino-americanas se encontram entre as melhores do mundo, porém o seu potencial é muito maior”, mencionou.

Para ele, deve ser implementada uma agenda de modernização nas universidades, buscando o crescimento e o emprego através da reforma curricular. Tal ação deve contemplar a aprendizagem por competências, novos locais de ensino, educação para os docentes, autonomia das universidades, parcerias estratégicas envolvendo empresas, garantia de qualidade e diversidade de financiadores, incluindo sistema de bolsas. “É preciso também manter a estrutura própria das instituições preservando a identidade e estabelecer parcerias internacionais para reduzir a dependência de políticas divergentes”, recomendou Quadrado.

No entanto, se quiser superar o atraso socioeconômico existente desde a era dos descobrimentos, asseverou o professor, será necessário mais que solucionar as carências evidentes e alcançar o patamar dos países desenvolvidos para que se produza algo original. Na sua opinião, a principal missão do Brasil é liderar essa reforma. “Ao invés de competir tentando duplicar ou copiar a experiência de fora, o ideal é desenvolver um modelo próprio e inovador”, propôs.

O profissional do século XXI

Se a América Latina tem nas mãos uma tarefa e tanto, também não é banal o desafio global de formar o profissional que se demanda neste século, que deve “ter sólida capacidade analítica, criatividade, alto nível de comunicação com os diferentes interlocutores, competências de gestão, dinâmica e flexibilidade”. “Um líder adaptável que atenda as necessidades locais e que seja ao mesmo tempo competitivo globalmente”, resumiu Quadrado.

Para atingir essa meta, o especialista aponta que as instituições de ensino devem cumprir os seus objetivos. Entre eles, desenvolvimento intelectual, transmissão de cultura e cidadania, incremento do conhecimento e potencialização do emprego. Além disso, é fundamental que cada universidade entenda a situação da economia global e aborde os desafios da atualidade no sistema educativo. “Outro fator primordial é o planejamento estratégico dos currículos preparando o estudante para assumir papel de liderança em diversas áreas, aprender ao longo da vida, contribuir para a profissão e ser bem-sucedido num mercado de trabalho multidisciplinar”, sugeriu o conferencista, acrescentando que a reforma curricular também deve apoiar a economia do País.

Conforme Quadrado, tecnologia e inovação são os elementos-chave para o desenvolvimento econômico sustentável. E, por conta disso, nações do mundo todo estão competindo globalmente na corrida por talentos, capital e investimentos. “Estamos numa economia baseada no conhecimento. E o capital humano é o suporte para o crescimento”, ressaltou. Para ele, os engenheiros do século XXI devem atuar pensando no contexto ambiental, econômico e do ciclo de vida, colaborar com outras profissões e decidir ser mentores das novas gerações.

Ênfase na competência

Com aproximadamente 4 mil instituições de ensino – algumas consideradas as melhores do mundo –, a Europa também teve que fazer mudanças na educação em engenharia.

A iniciativa surgiu no ano 2000, quando foi criada a Declaração de Bolonha. O processo finalizado em 2010 estabeleceu o ensino por competências e concedeu às instituições autonomia na criação de novos cursos.

Segundo Quadrado, no modelo europeu incluiu-se ainda o suplemento ao diploma, uma espécie de currículo complementar em que o professor descreve as competências individuais de cada aluno, tais como projetar um edifício ou construir uma ponte. Dessa forma, graduados de um mesmo curso podem ser aprovados e ter o diploma, mas possuir habilidades distintas no documento. “É justamente isso que os empregadores querem e não notas acadêmicas.

O paradigma agora é formar engenheiros que tenham competências multidisciplinares”, enfatizou. Bolonha mudou também a atuação do professor que tem mais trabalho para orientar o desenvolvimento das habilidades dos alunos e avaliá-los individualmente.

Participaram do debate João Sérgio Cordeiro, professor da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e consultor pedagógico do Isitec; José Roberto Cardoso, diretor da Poli/USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) e coordenador do Conselho Tecnológico do Seesp; e Marcos Cintra, secretário municipal do Trabalho de São Paulo e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. (Lucélia Barbosa)

SINDICAL I

Em solenidade realizada na noite de 23 de março, no Memorial JK, em Brasília, tomou posse a diretoria da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) para a gestão 2011-2014. A atual equipe, eleita em novembro de 2010, tem à frente o engenheiro Murilo Celso de Campos Pinheiro, também presidente da FNE.

Na cerimônia, ele reafirmou o compromisso de defender os profissionais liberais, lutar pela construção de uma sociedade mais justa e o engajamento às bandeiras do conjunto do movimento sindical. “Para que ocupemos digna e merecidamente um lugar entre as cinco maiores potências mundiais nas próximas décadas, é necessário que continuemos atentos aos acontecimentos, à globalização, às inovações tecnológicas, mas, muito mais do que isso, precisamos olhar para dentro, educar nosso povo, dar condições de saúde e saneamento, evitar as catástrofes a cada período de chuvas, colocar fim à corrupção e aos interesses individuais em detrimento dos coletivos”, ressaltou.

“No esforço de se constituir uma sociedade mais justa é que podemos entender a importância de uma entidade como a CNTU, que extrapola o interesse dos seus representados e pensa no bem do País”, afirmou o deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP). Na avaliação do deputado Paulo Teixeira (PT/SP), a confederação está apta a enfrentar os grandes desafios que o Brasil vive no momento. O potencial da CNTU para contribuir para que as transformações necessárias aconteçam foi destacado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB/SC). “Os profissionais liberais organizados têm força para fazer movimentar o Congresso, são a classe média formadora de opinião.”

Representatividade

A secretária Nacional das Relações do Trabalho, Zilmara Alencar, salientou a importância da confederação a partir das federações que a compõem – economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos e odontologistas – e para a sociedade. Apontou ainda seu respaldo sindical. “Essa massa faz a diferença. Nós aprendemos que temos que ter um lado e o nosso é o daqueles que são combativos e defendem um ideal coletivo. Vemos tudo isso na CNTU, uma entidade legítima e representativa”, asseverou.

Na mesma linha, o deputado federal André Figueiredo (PDT/CE) lembrou o esforço de criação da CNTU, acompanhado por ele como secretário executivo do Ministério do Trabalho. “Nasceu essa grande confederação, que hoje congrega cinco das profissões mais importantes”, comemorou.

Dada a relevância desse contingente, o deputado Izalci Lucas (PR/DF) declarou seu apoio à formação de uma frente parlamentar em defesa dos profissionais liberais.

Participaram ainda da cerimônia o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), diversos presidentes e diretores de conselhos e associações profissionais, sindicatos e federações. (Rita Casaro)

Gestão 2011-2014

Diretoria efetiva

Presidente

Murilo C. de Campos Pinheiro – engenheiros

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza – farmacêuticos

Diretor Administrativo

José Erivalder G. de Oliveira – médicos

Diretor de Finanças

Wellington Moreira Mello – odontologistas

Diretor de Finanças Adjunto

Maria Maruza Carlesso – farmacêuticos

Diretor de Relações Sindicais

Cláudio da Costa Manso – economistas

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert – engenheiros

Suplentes

1º Suplente - Marcos Cintra – economistas

2º Suplente - José Carrijo Brom – odontologistas

3º Suplente - Clóvis Abraham Cavalcanti – médicos

4º Suplente - Fernando Palmezan Neto – engenheiros

5º Suplente - Waltovanio C. de Vasconcelos – farmacêuticos

6º Suplente - Cláudia Beatriz C. de Andrade – médicos

7º Suplente - José Carlos F. Rauen – engenheiros

Conselho fiscal

Titulares

Wilson R. Villas Boas Antunes – economistas

Carlos Alberto Grandini Izzo – médicos

José Ailton Ferreira Pacheco – engenheiros

Suplentes

José Campos Sobrinho – odontologistas

Maria Rita de Assis Brasil – médicos

Edson Kiyoshi Shimabukuro – engenheiros

I Encontro Nacional

Antecedendo a cerimônia de posse, em 23 de março aconteceu também reunião da diretoria da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados),

na qual foi aprovada a realização do I Encontro Nacional da entidade, marcado para os dias 24 e 25 de novembro em São Paulo. Denominado “Os profissionais universitários, o desenvolvimento do País e a política”, esse será antecedido por cinco eventos regionais, que tratarão de temas específicos. O primeiro ocorrerá em 20 de maio em Maceió (AL), abordando “Emprego, trabalho e qualificação profissional”. Em 9 de junho será a vez de Florianópolis (SC), onde entrará em pauta “Reforma da administração pública e melhoria dos serviços públicos”. Em 5 de agosto, em Vitória (ES), o assunto será “Aposentadoria pública, aposentadoria suplementar e complementar”. Em 23 de setembro, em Goiânia (GO), será discutido “Desenvolvimento e infraestrutura logística e urbana”. Por fim, em 21 de outubro, em Porto Alegre (RS), “Democracia, comunicação e cultura”.

SINDICAL II

CE

Empossados representantes do sindicato no Crea

Os 22 conselheiros eleitos para representar o Senge no Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Ceará) no período 2011-2012 tomaram posse no dia 13 de janeiro último. São eles os engenheiros civis Francisco das Chagas Neto e Sérgio Henrique Rosa Verçosa; Flávio Lage e Carlos Augusto S. Junior; José Nilton Lima e Ângela Maria Fachine Dantas de Moura; os eletricitas João dos Santos Filho e Jurandir Moraes P. Junior; Thereza Neumann Santos de Freitas e Tomé Bezerra; os mecânicos Walfredo Hermógenes L. Noronha e Wander Maia Nogueira. Na mesma data, assumiram a função com mandato de três anos os engenheiros civis Emanuel Flavio C. Costa e Aloysio Ernesto de Assis A. Souza; Manuelito Cavalcante Junior e Rejane Giraldes Santos; José Edirardo S. Santos e Alberto Eloy da Costa Neto; os mecânicos Ávila Ferreira L. Junior e Antonio de Melo Paiva; e os agrônomos Maria Lúcia Cortez Bona e Paulo Barreto Rodrigues.

RS

Azambuja encaminha documento a Tarso

Durante encontro ocorrido na reunião-almoço promovida pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha Rio Grande do Sul no dia 24 de março último, em Porto Alegre, o presidente do Senge, José Luiz Azambuja, entregou ao governador Tarso Genro documento que reafirma a disposição do sindicato em continuar participando das instâncias democráticas de discussão das prioridades estruturais do Estado. O manifesto reafirma ainda a confiança da entidade e de toda a categoria nos compromissos de campanha assumidos por Genro relativos

ao fortalecimento das empresas e fundações do Estado, a partir da reestruturação das carreiras dos profissionais. Destacam-se nessa expectativa Emater (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), Fase (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), FGTAS (Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social), FZB (Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul), FDRH (Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos), Cientec (Fundação de Ciência e Tecnologia), Cohab (Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul), FEE (Fundação de Economia Estatística), Fapergs (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul) e Metroplan (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional).

AL

Entidade apoia PL que beneficiará profissionais

O presidente do Senge-AL, Disneys Pinto, pediu apoio aos deputados federais e senadores por Alagoas para aprovação do Projeto de Lei 7.607/10, do deputado José Chaves (PTB-PE). Tal enquadra as atividades de engenheiros, arquitetos e agrônomos nas carreiras consideradas exclusivas de Estado e está sendo analisado pela Câmara Federal com trâmite em caráter conclusivo. O texto altera a Lei 5.914/66 que regula o exercício dessas profissões. Para o presidente, a aprovação do projeto beneficiará o crescimento e o desenvolvimento de Alagoas, pois será possível acomodar os profissionais da engenharia e da arquitetura no cargo que lhes compete. Para o autor do PL, em todas as atividades da economia nacional, é insubstituível a presença desses profissionais: “A participação deles tem mudado a feição do País, ao planejar e executar as mais importantes obras de transformação das cidades, no campo da hidroeletricidade e na interiorização do progresso.”

MA

São Luís sediará dois congressos

Está programado para ocorrer de 5 a 8 de setembro de 2011 o XXVII CBA (Congresso Brasileiro de Agronomia) e o IV Conpia (Congresso Panamericano de Engenheiros Agrônomos), no Pestana São Luís Resort Hotel, em São Luís, Maranhão. A realização é da Confeab (Confederação de Engenheiros Agrônomos do Brasil) e da Aeama (Associação de Engenheiros Agrônomos do Maranhão). Segundo a presidente do Senge, Odinéa Melo Santos Ribeiro, no dia 16 de março último o presidente da Aeama, Antônio Angelim, em visita ao sindicato, solicitou parceria com a entidade para concretização do evento.

GO

Presidente da FNE participa de reunião

No dia 1º de março último, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE, esteve em Goiânia e participou da assembleia realizada pelo Senge. Na ocasião, ele destacou a luta nacional da federação em prol da valorização do salário profissional e debateu com os diretores do sindicato e dos representantes da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Prefeitura Municipal de Goiânia a antiga reivindicação dos profissionais da administração pelo plano de carreira. Além disso, se dispôs a participar da audiência com o prefeito Paulo Garcia, já solicitada pelo Senge.

O momento também serviu para tratar do Encontro Regional da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), agendado para o dia 23 de setembro de 2011, que abordará o tema “Desenvolvimento e infraestrutura logística e urbana” e contará com a presença de Marcio Pochmann, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

SC/PI

Audiência com o secretário Nacional de Saneamento

Carlos Abraham e Antonio Florentino Filho, diretores da FNE e representantes dos Senges de Santa Catarina e Piauí respectivamente, tiveram audiência com Leodegar Tiscoski, secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, em Brasília, no dia 15 de março último. A pauta principal do encontro foi a sua participação como conferencista no 2º Eco Piauí (Encontro de Meio Ambiente do Estado do Piauí), a ser realizado pelo Senge e pela FNE, de 16 a 19 de junho de 2011, em Teresina. Na ocasião, ele garantiu sua presença na abertura do evento, assim como a sua palestra sobre o “Marco regulatório, avanços e novos investimentos em saneamento ambiental”. Abraham tratou com o secretário de questões relativas aos investimentos em Santa Catarina, a problemas com a descontinuidade nas gestões políticas, ao controle e funcionamento das agências reguladoras no Estado e à aplicabilidade das diretrizes básicas da nova Lei Federal 11.445. Segundo o secretário, o saneamento não deverá ser atingido pelos cortes orçamentários anunciados pelo governo. “O grande empecilho nas liberações de recursos continua sendo a falta de projetos”, afirmou.

ENTREVISTA

Um mundo de turbulência internacional e risco inflacionário interno, que exige cálculo e não deixa margem à imprecisão. A partir dessa leitura do cenário atual a presidente Dilma Rousseff

teria tomado as decisões impopulares do início de mandato, como a insistência no salário mínimo de R\$ 545,00 e os anunciados cortes orçamentários de R\$ 50 bilhões. A avaliação é do sociólogo Luiz Werneck Vianna, segundo quem haverá um esforço de racionalização que deixará menor o espaço da política.

Nesse contexto, o movimento sindical, cujo maior risco é a perda da unidade construída, terá de agir mais fora do Estado, onde deve ter um espaço menor que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, avalia o professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Em entrevista, ele defendeu ainda a urgência de se realizar uma reforma política.

Que avaliação o senhor faz dos rumos do atual governo?

Os elementos de continuidade são muito presentes, mas mudaram o operador do sistema e as circunstâncias, do ponto de vista do contexto internacional, com as crises e o levante no mundo árabe e muçulmano, que interferem fortemente sobre o nosso mundo. As possibilidades de reavivamento da crise econômica posta desde 2008 não estão afastadas, o que cria um mundo muito calculado. Uma imprecisão qualquer pode provocar a volta da inflação, e isso é o fim do PT no governo. Então, as medidas que a Dilma tem tomado vão nessa direção. Além de estilos e naturezas pessoais não serem transferíveis. O Lula é um político carismático; a Dilma é uma administradora, uma gestora.

Medidas como a insistência em manter o salário mínimo em R\$ 545,00 e cortes orçamentários eram necessárias?

Essa foi a leitura que ela fez e a partir da qual agiu. Uma outra leitura implicaria outro tipo de ação. O fato é que há convencimento por parte do governo de que essas medidas eram absolutamente necessárias, que elas defluiriam da natureza das coisas. Quem analisa de outra ótica evidentemente as contesta, acha que são favoráveis ao setor financeiro, que é uma volta ao neoliberalismo, reedita práticas de Fernando Henrique Cardoso e por aí vai.

E se pode esperar a manutenção dessa política?

Acho que vamos ter de forma crescente um esforço no sentido de racionalizar a administração e a economia. Isso quer dizer que o mundo da política terá menos peso que no Governo Lula, no qual maximizar poder, influência era a sua preocupação principal. Com Dilma, há de fato outra opção, inclusive por formação pessoal. Ela age como técnica, como uma pessoa da administração.

Então há uma mudança radical de estilo de governo?

De estilo, sim, de linha, não necessariamente. Ao bolsa família, por exemplo, ela vai dar mais dinheiro.

Como fica o movimento sindical nesse novo contexto?

Essa questão vai pesar. O céu de brigadeiro que o Lula encontrou a partir do seu segundo mandato não vai se repetir. Já temos aí o anúncio de que deve haver alguma turbulência. Além disso, a unidade das centrais está ameaçada. CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Força Sindical estão vivendo pequenas escaramuças que poderão se converter mais à frente numa ruptura. A CUT ameaça abrir mão do imposto sindical, que foi o elemento que tornou possível e materializou a unidade entre as centrais. Essa questão vai ferver, assim como a da unicidade, já que a tendência histórica da CUT é ser favorável ao pluralismo. Isso pode fazer com que os litígios que eram controlados e vividos no interior do Estado na fase Lula sejam deslocados para o Parlamento e para as ruas. Esse cenário pode ser muito positivo, porque significa autonomia dos movimentos sociais. Essa é uma possibilidade. A outra é perderem força e substância.

O senhor tem defendido a reforma política para que haja avanço na democracia brasileira. O que é preciso mudar?

É preciso tornar o sistema político mais racional e mais democrático, aproximar representante do representado; fazer com que a representação seja mais genuína, tenha mais raiz na vontade popular. Essa multidão de partidos e o sistema anárquico do voto não ajudam. Há muitas possibilidades, e não se tira uma legislação da cabeça ou dos livros, isso é feito na política, na disputa. Tem que ter uma linha e, no confronto com outras alternativas, chegar a uma solução. Mas é preciso que o primeiro passo seja dado, que se tenha vontade de procurar uma solução para essa questão que é decisiva. Se o governo não animar esse movimento, ele não vai ocorrer. Porém, vai depender dos partidos, especialmente do PT. Pessoalmente, sou favorável ao voto distrital misto. Há ainda pequenas coisas que podem ser feitas, como dar fim às coalizões nas eleições proporcionais. Não basta, mas, se for isso, já serve. Eu vejo como um elemento de saúde, para o País avançar politicamente. (Rita Casaro)

C&T

Pesquisadores da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) desenvolveram o protótipo de um conversor analógico digital que processa os sinais através da lógica multinível,

uma tecnologia inédita no País, em testes desde janeiro. Voltado à utilização em qualquer aparelho eletrônico como computadores e celulares, o dispositivo tem a vantagem de ter o seu tamanho reduzido e agregar mais funcionalidades do que o chip convencional e ainda ter custos reduzidos.

Conforme explica Ricardo Ribeiro dos Santos, da Faculdade de Computação da UFMS, o mercado de microeletrônica brasileiro é dominado por chips baseados na lógica binária, sistema que trabalha com dois níveis para a conversão dos sinais analógicos em digitais. “A diferença é que o novo chip possui uma arquitetura apta a gerar múltiplos níveis lógicos para processar os sinais”, explicou.

A iniciativa foi realizada nas dependências do CTEI-MS (Centro Tecnológico em Eletrônica e Informática do Mato Grosso do Sul), um laboratório que dá suporte ao desenvolvimento de projetos de alta tecnologia no Estado. Como não existe no Brasil uma fábrica que produza chips com a tecnologia escolhida no projeto, a fabricação foi feita na França, pela empresa CMP (Circuits Multi-Projets). “Essa etapa aconteceu graças ao apoio financeiro da Fundect (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul)”, citou.

Feito por materiais semicondutores, em especial o silício, o novo dispositivo é composto por um circuito eletrônico com transistores de tecnologia CMOS (Complementary Metal Oxide Semiconductor) para baixo consumo de energia e resistores. No processo de fabricação foi utilizada uma tecnologia que possibilita a miniaturização em uma escala de 0.35 micrometros equivalente a 350 nanometros.

Para o pesquisador, o trabalho é importante porque contempla uma das principais tendências da indústria de microeletrônica, que é a miniaturização dos processadores que se tornarão cada vez mais imperceptíveis nos aparelhos eletrônicos. “Apesar de funcionar muito bem até hoje, a lógica binária apresenta limitações quanto à evolução dos microcircuitos. Daí a necessidade de trabalhar alternativas para atender as futuras demandas do mercado que tem como regra a inovação”, destacou Santos.

O trabalho da UFMS terá continuidade, e a meta dos pesquisadores para 2011 é projetar novos chips para aprimorar a tecnologia do primeiro protótipo e descobrir novas linhas de atuação. Vale ressaltar que circuitos eletrônicos baseados em lógica multinível são estudados há várias décadas no mundo, porém no Brasil não existem notícias de pesquisas nessa área.

Mão de obra

Além de demonstrar a viabilidade da tecnologia multinível, outro foco do projeto é estimular a formação de competências na área. “Começamos a trabalhar com egressos dos cursos de engenharia elétrica e de computação para que obtenham experiência prática em projetos de circuitos integrados. Essa é uma área com grande deficiência no País e portanto queremos dar a nossa contribuição”, enfatizou o professor da UFMS.

Santos conta que existem algumas iniciativas no Brasil para tentar suprir a demanda do setor como o programa CI-Brasil, promovido pelo MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), que concede bolsas de estudos para formação de especialistas. “Apesar de existirem alguns cursos de engenharia eletrônica com ênfase em microcircuitos, a formação ainda é insuficiente para o mercado”, citou.

De olho no futuro, ele conta que a utilização de semicondutores em todos os setores da atividade econômica mundial tem aumentado consideravelmente a busca por circuitos integrados. “Precisamos formar mais engenheiros e cientistas na área para que o Brasil possa se tornar uma referência no desenvolvimento de microcircuitos”, concluiu.

A pesquisa teve início em 2006, pelos professores Evandro Mazina Martins e Milton Ernesto Romero, ambos do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da UFMS. Posteriormente, juntaram-se ao grupo o professor Santos e o mestrando Mario Duarte Gonzalez. (Lucélia Barbosa)